

413/97 A-3
03

OPINIÃO

BMC FIF BMC Curto Prazo

Com os olhos da águia e da formiga

Washington Novaes *



Neste momento em que vivemos, é preciso olhar o mundo, simultaneamente, com os olhos da águia e da formiga. Prestar atenção ao que está acontecendo em âmbito planetário, porque o fenômeno ambiental não tem fronteira geográfica nem administrativa. Mas, ao mesmo tempo, observar minuciosamente ao nosso redor, aqui e agora, estudar, pesquisar, para poder intervir com eficácia, preventivamente, e evitar que os problemas aconteçam. A recomendação foi feita há poucos anos, num simpósio internacional da Universidade da ONU pelo professor emérito da Universidade de Nagóia, Japão, Keiji Higuchi. E continua muito atual.

Provavelmente com os olhos da águia e da formiga é que se abrirá na semana que vem, no Rio de Janeiro, o Fórum Rio +5, em

No Rio de Janeiro, na semana que vem, se abrirá o Fórum Rio +5, no qual será feito um balanço do que ocorreu depois da Rio 92

que cerca de quinhentas pessoas do mundo todo vão fazer um balanço do que aconteceu no planeta da Rio 92 e propor estratégias de ação e sistemas de gerenciamento para operacionalizar o chamado desenvolvimento sustentável, no plano global e de cada país. Mas desta vez não será uma reunião de chefes de Estado, e sim de membros da sociedade de cada nação, coordenados pelo Conselho da Terra (no Brasil, pelo Fórum das ONGs).

Com esse propósito, durante uma semana vão ser discutidos muitos temas, experiências e projetos, para, ao final, chegar a uma proposta de Carta da Terra, a ser levada à conferência de chefes de Estado que a ONU promoverá em junho, nos Estados Unidos.

Precedendo o encontro, o Minis-

tério do Meio Ambiente brasileiro promoverá, de 10 a 14, também no Rio, outro fórum, "Agenda 21 Brasil", que colherá subsídios para a posição brasileira a ser apresentada na reunião de junho.

Será muito interessante acompanhar os dois eventos, os dois balanços.

Em junho de 1992, o canadense Maurice Strong, que secretariou a conferência do Rio de Janeiro, disse ser aquela a última oportunidade para revertermos radicalmente os rumos da nossa vida na Terra, criarmos novos padrões civilizatórios. Não fosse assim, a conferência marcaria "o início do declínio da espécie humana sobre o nosso planeta".

Que estará pensando hoje Strong — que vai dirigir também este novo fórum no Rio de Janeiro? Temos chance? Avançamos?

Na conferência de 1992 foram aprovadas duas convenções — uma sobre proteção da biodiversidade, outra sobre mudanças climáticas —, declarações de intenção quanto às questões da desertificação e das florestas tropicais, assim como se aprovou a chamada Agenda 21, com os programas considerados necessários para reverter a situação ambiental, os recursos necessários para sua execução e as respectivas fontes de financiamento.

Passados cinco anos, que aconteceu?

Pode-se começar pelas mudanças climáticas. Em 1992, os Estados Unidos, os países exportadores de petróleo, o Japão e mais alguns se opuseram ferrenhamente a que a convenção fixasse limites para a emissão, em cada país, de substâncias poluentes da atmosfera, que es-

tão contribuindo para elevar a temperatura da Terra e, possivelmente, para as temidas mudanças climáticas. Por isso, estabeleceu-se apenas um compromisso geral de trabalhar para que no ano 2000 não estejam superados os índices de emissão observados em 1990.

A realidade tem mostrado que é pouco. Só de dióxido de carbono, estamos emitindo a cada ano mais de 20 bilhões de toneladas de poluentes (no Brasil, mais de 200 milhões de toneladas), dos quais 5,7 bilhões na América do Norte e Central, 4,34 bilhões na Europa, 3,84 bilhões na ex-URSS e 5,8 bilhões na Ásia (2,38 bilhões na China, 1,04 bilhão no Japão), segundo o World Resources Institute. Os dez anos de temperatura mais elevada no planeta aconteceram de 1980 para cá. A temperatura já se elevou pelo menos 0,5 grau centígrado e há indícios claros das consequências, como uma taxa maior de derretimento nos gelos polares. Por isso mesmo, até os Estados Unidos, maior adversário da fixação de limites obrigatórios para a emissão de poluentes, já concordaram em princípio em fixá-los. A reunião que definirá esses limites está marcada para dezembro, no Japão.

Não é muito diferente o quadro na questão da biodiversidade. A convenção de 1992 foi, sem dúvida, um marco histórico, por estabelecer a soberania dos países sobre as espécies encontradas em seus territórios e por determinar que eles têm direito a partilhar os resultados científicos e financeiros da explora-

ção dessas espécies. É uma convenção já ratificada por 161 países e pela União Europeia. Só que a devastação das áreas onde se concentra a biodiversidade continua a avançar. Traduzindo as preocupações de 1.500 cientistas, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente tem dito que entre 5 e 20% dos

13 a 14 bilhões de espécies vegetais e animais que existem podem desaparecer em futuro próximo — porque o ritmo de extinção se acelerou pelo menos 100 vezes nos dois últimos séculos.

É uma questão gravíssima, porque aí está o verdadeiro e maior capital do planeta, já que dessa biodiversidade virão os futuros alimentos, medicamentos e materiais para substituir os que estão esgotando. Particularmente grave para o Brasil, porque em nosso território estão pelo menos 10% das espécies já descritas e há quem acredite que detemos um terço da biodiversidade mundial. Mas temos também dois dos biomas mais importantes e mais ameaçados da Terra — o Cerrado e a Mata Atlântica —, enquanto um terceiro, a floresta amazônica, vai desaparecendo a taxas superiores a 14 mil km² por ano (dados de 1994, os últimos).

Também não há como não olhar com extrema preocupação o que está acontecendo com as florestas tropicais no restante do mundo. Segundo o Painel Intergovernamental de Florestas (junho de 1996), a cada ano, derrubam-se cerca de 15,4 milhões de hectares de florestas (quase 30 hectares, 300 mil metros quadrados por minuto).

Preocupado com o panorama — que ameaça agravar-se com a entrada das madeiras asiáticas na Amazônia —, o governo brasileiro suspendeu a extração de mogno e virola (espécies mais ameaçadas), começou uma revisão das autorizações para extração de outras espécies e aumentou de 50 para 80% a área obrigatória de preservação em cada propriedade.

Na área da desertificação, chegou-se em outubro de 1994 a uma convenção internacional, já assinada por mais de cem países, entre eles o Brasil. E também aí o avanço tem razões fortes. Segundo a ONU, continuam a desertificar-se 60 mil km² a cada ano. Nada menos de

41% dos solos estão em processo de desertificação ou já se desertificaram (na África, 68% dos solos estão incluídos), contribuindo inclusive para a geração de mais de 100 milhões de "refugiados ambientais", pessoas que tiveram de fugir de seus países por motivos ambientais. Ao todo, quase 1 bilhão de pessoas já estão sendo afetadas pelo processo.

Uma das causas principais do problema está em que, a cada ano, pela erosão e outros fatores, perdem-se no mundo mais de 20 bilhões de toneladas de solo. 30% das terras secas já se desertificaram. Em 30 anos, a terra disponível para cultivo caiu de 0,2 hectare por habitante para 0,1 hectare (obviamente, o crescimento populacional também contribuiu para a redução).

O Brasil tem por que preocupar-se com a terra. Cerca de 900 mil km² do solo nordestino do Semi-árido são suscetíveis à desertificação, em áreas nas quais vivem perto de 15 milhões

de pessoas. Em mais de 50 mil km², a situação já é muito grave e em quase 250 mil km² é grave (Paraíba e Ceará são os estados mais afetados no Nordeste). E há outras áreas do País em situação crítica.

É nesse panorama conturbado que o drama da pobreza, da concentração de renda e do desemprego vai-se acentuando no mundo. Nos últimos vinte anos, diz a ONU, a renda dos 20% mais pobres da humanidade (mais de 1,1 bilhão de pessoas) caiu de 2,3% do total para 1,4%, enquanto a renda dos 20% mais ricos subiu de 70 para 85% do total. Mais de 1 bilhão e meio de pessoas viram sua renda decrescer entre 1980 e 1993; ao mesmo tempo em que as 358 pes-

Não faltará assunto para discutir no fórum — temos, juntos, de resolver os problemas que ameaçam nosso planeta Terra

soas mais ricas da Terra acumulavam um patrimônio superior à renda anual de 45% dos habitantes do planeta (cerca de 2,5 bilhões de pessoas).

No Brasil não é diferente. A renda média dos 10% mais ricos da população é quase 30 vezes maior que a dos 40% mais pobres — um dos piores índices do mundo.

Não falta, portanto, o que discutir no Rio de Janeiro. E não adianta querer escapar. Como disse em 1992 o ex-presidente da França François Mitterrand, se estamos condenados a viver junto no mundo, estamos condenados também a encontrar, junto, as soluções.

Por isso tudo, convém ficarmos atentos ao que acontecerá no Rio de Janeiro, desde o momento em que os povos indígenas brasileiros invocarem os espíritos da Terra, pedindo-lhes proteção, na abertura da Rio + 5. Vamos precisar de muita.

* Jornalista.